

ADC 026/2016

CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE ACORDO COM AS
PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL E COM O IFRS**

30 de junho de 2016

INDÍCE

Mensagem da Administração.....	3
Relatório de Desempenho.....	4
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	7
Balanço Patrimonial.....	10
Demonstração do Resultado do Exercício.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstração do Resultado Abrangente.....	14
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	15
Demonstração do Valor Adicionado.....	16
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	17

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria da Conpel – Cia Nordestina de Papel, submete a apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis, com relatório de auditores independentes, referente ao segundo trimestre de 2016.

Nosso objetivo é dar aos acionistas, colaboradores, fornecedores, clientes, mercado financeiro, órgãos públicos e demais integrantes da sociedade, todas as informações necessárias e abrangentes nas diversas áreas da companhia.

Com atuação desde 1967 no mercado de papel, embalagens de papel ondulado e sacos multifolhados, a Conpel se destaca no mercado por ser uma empresa comprometida com a qualidade dos seus produtos e a satisfação total de seus clientes, fato que nos submeteu a reformular a forma de gestão da companhia neste ano.

Mantém uma preocupação continua com a gestão sustentável dos seus negócios, as quais englobam políticas que valorizam e recuperam todas as formas de capital, seja ele humano, natural ou financeiro.

Estamos mantendo as mesmas tratativas, para passar por esse momento de instabilidade econômica, dentre elas destacamos a redução de turnos para adequação da demanda atual, reestruturação de pessoal em todas as áreas da companhia, profissionalização da administração na área de produção e financeira com contratação de diretoria específica para cada área, além de investimentos em melhoria de qualidade, objetivando a conquista de novos clientes e novos mercados de atuação.

No setor comercial também adotamos medidas significativas como a contratação de profissionais especializados no mercado de embalagens e ondulados. Estamos desenvolvendo de novos projetos, para expansão da nossa carteira de clientes, juntamente com nosso mix de produtos, focando não somente no mercado atuante, mas em outros estados do país.

Acreditamos que o reflexo dessas medidas será percebido no segundo semestre do exercício de 2016, com ganho de produtividade, melhora das margens de contribuição.

Diante do cenário atual, os desafios para a companhia são inúmeros, mas acreditamos que a Conpel, com sua história de 48 anos, tem todos os quesitos para continuar sua trajetória de sucesso.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos com interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes e o Comitê de Auditoria Estatutário, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter aprovação de seu Comitê de Auditoria Estatutário. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização de serviços que não sejam de auditoria.

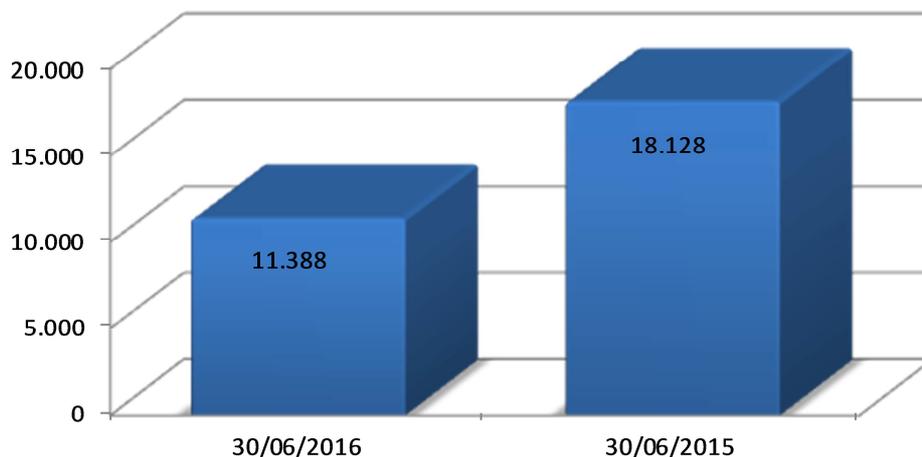
RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da empresa Conpel Cia Nordestina de Papel, com atividades no segmento de fabricação de papeis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como a industrialização de sacos simples e multifoliados, apresenta e submete para apreciação o Comentário de Desempenho e suas informações trimestrais – ITRs finalizados em 30 de Junho de 2016 e 2015.

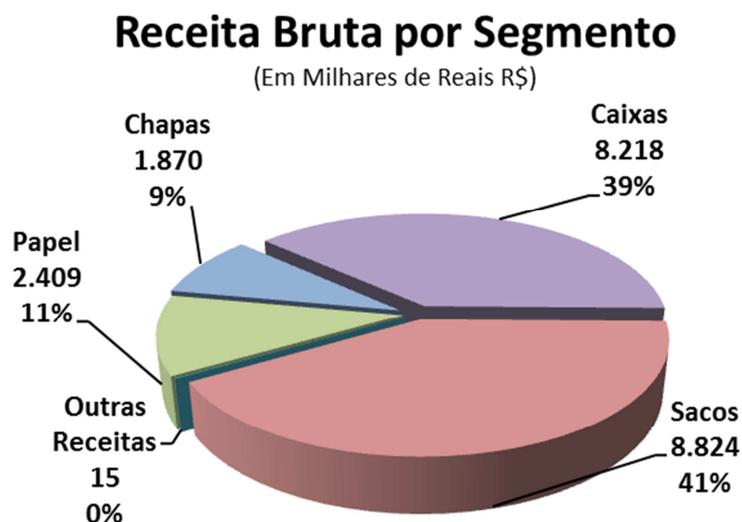
RESULTADO	30/06/2016	%	30/06/2015	%
Receita Operacional Líquida	11.388		18.128	
(-) Custos do Produtos Vendidos	(13.852)		(18.572)	
Lucro Bruto	(2.464)	-21,64%	(444)	-2,45%
<i>Despesas Operacionais</i>				
Com Vendas	(299)	2,63%	(794)	4,38%
Gerais e Administrativas	(2.154)	18,91%	(1.945)	10,73%
Outras Receitas e Despesas	(5.819)	51,10%	(3.564)	19,66%
Lucro antes do Result. Financeiro e Tributos	(10.736)	94,27%	(6.747)	37,22%
<i>Resultado Financeiro</i>				
Receitas Financeiras	15	0,13%	198	1,09%
Despesas Financeiras	(10.976)	96,38%	(6.590)	36,35%
Resultado Antes Imp. de Renda Contrib. Social	(21.697)	190,53%	(13.139)	72,48%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	337	2,96%	1.676	-9,25%
Prejuízo Líquido do Exercício	(21.360)	187,57%	(11.463)	63,23%

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta apresentou diminuição de 23,27% se comparada ao ano anterior, fato atribuído à retração da economia e impactando de forma mais agressiva no segmento de papel e caixa.

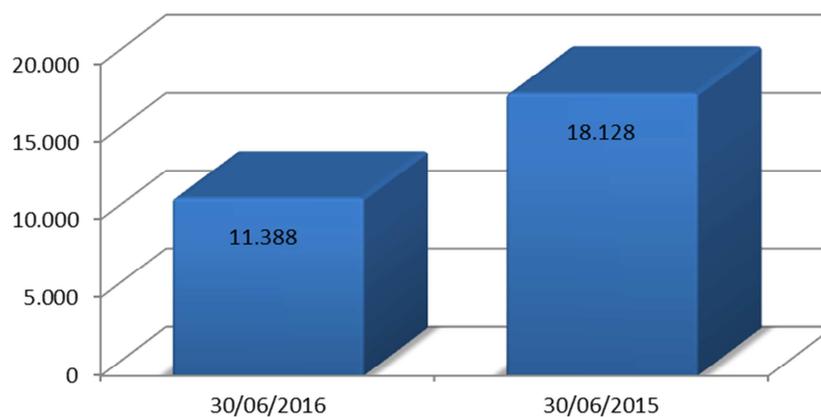


No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta.



Receita Operacional Líquida (ROL)

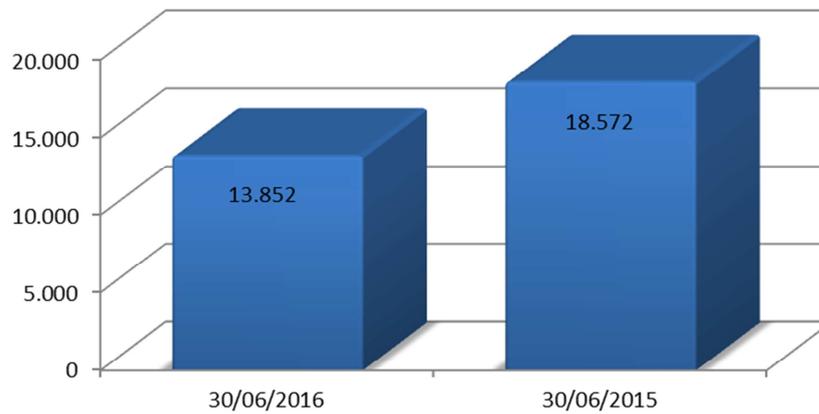
A receita operacional líquida demonstrou diminuição de 37,18% em relação a junho de 2015, devido ao aumento dos nossos custos de produção e acentuada queda nas vendas de Caixa e Papel.





Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

Os custos dos produtos vendidos reduziram comparativamente as receitas brutas, de março de 2015, porem aumentou com relação à Receita do segundo trimestre de 2016.



Conde - PB, 09 de Agosto de 2016.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
CONPEL – Companhia Nordestina de Papel
Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A.(Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

As Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 750 – *Continuidade Operacional*, aprovada pela Resolução número 1.226/09 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e alterações posteriores, conforme descrito na nota explicativa nº 1. No entanto, a Companhia tem apresentado significativos prejuízos operacionais nos últimos exercícios, o que se repetiu nestes 1º e 2º trimestres de 2016, além de dificuldades financeiras para geração de fluxo de caixa positivo. De acordo com laudo de avaliação para fins de teste de impairment, (conforme nota nº 15 das demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2015, o valor negativo de geração de caixa estimado para os próximos 5 (cinco) exercícios é de R\$ 17.198 mil). A Companhia possui alto grau de endividamento tributário de curto prazo, também com fornecedores e instituições financeiras, acarretando dificuldades para a obtenção de novos financiamentos. A Companhia apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 109.870 Mil em 30 de junho de 2016. Tais situações remetem a elevado grau de incerteza quanto a capacidade da Companhia de continuidade operacional. As demonstrações contábeis e as notas explicativas não divulgam integralmente estes fatos.

No que diz respeito aos saldos registrados no grupo de contas do *Ativo Imobilizado* em 30 de junho de 2016, não foi possível, através dos controles apresentados pela Companhia, validar os saldos registrados nas contas de depreciação acumulada, no montante de R\$ 43.396 mil. Dessa forma, não podemos concluir se os saldos deste grupo apresentados nas Demonstrações Financeiras refletem, adequadamente a situação patrimonial da Companhia na data base.

Conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis comparativas

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados neste conjunto de informações intermediárias para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório foi emitido em 28 de março de 2016, qual continha opinião com ressalva sobre a continuidade operacional dos negócios e o não acompanhamento do inventário físico dos estoques.

Curitiba, 12 de agosto de 2016.

ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Gelson Jose Amaro".

Gelson Jose Amaro
Contador - CRC – RJ 049.669/O-4 S PR



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO	Nota	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	3
Contas a Receber	7	10.855	9.453
Estoques	8	1.887	4.264
Adiantamento a Fornecedores	9	856	861
Impostos a Recuperar	10	594	695
Outros Créditos	11	31	16
Total do Ativo Circulante		14.223	15.292
NÃO CIRCULANTE			
Realizável à Longo Prazo			
Impostos a Recuperar	10	28	45
Empresas Ligadas	12	2.060	2.106
Créditos Tributários Diferidos		-	-
Outros Créditos	11	832	743
Total Realizável à Longo Prazo		2.920	2.894
Imobilizado	13	62.767	64.209
Total Ativo Não Circulante		65.687	67.103
Total do Ativo		79.910	82.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

PASSIVO	Nota	30/06/2016	31/12/2015
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	12.245	11.512
Empréstimos e Financiamentos	16	10.654	6.289
Obrigações Sociais	17	19.326	17.434
Obrigações Tributárias	18	121.279	109.614
Adiantamento de Clientes	19	1.884	2.126
Outras Obrigações		485	248
Total do Ativo Circulante		165.873	147.223
NÃO CIRCULANTE			
Realizável à Longo Prazo			
Obrigações Tributárias	18	282	114
Empresas Ligadas	12	2.712	2.318
Impostos Diferidos	20	20.913	21.250
Total Realizável à Longo Prazo		23.907	23.682
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital Social	22	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial		35.866	36.445
Prejuízos Acumulados		(168.074)	(147.293)
Total do Patrimônio Líquido		(109.870)	(88.510)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		79.910	82.395

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2016 E
30 DE JUNHO DE 2015

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Receita Operacional Líquida	23	11.388	18.128
(-) Custo dos Produtos Vendidos		(13.852)	(18.572)
LUCRO BRUTO		(2.464)	(444)
Despesas Operacionais		(8.272)	(6.303)
(-) Com Vendas	24	(299)	(794)
(-) Gerais e administrativas	10	(2.154)	(1.945)
(-) Outras Receitas e Despesas	25	(5.819)	(3.564)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		(10.736)	(6.747)
Resultado financeiro	27	(10.961)	(6.392)
Receitas financeiras		15	198
(-) Despesas financeiras		(10.976)	(6.590)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(21.697)	(13.139)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	337	1.676
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(21.360)	(11.463)
Prejuízo por Ação Básico e Diluído R\$:		(1,18)	(0,63)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	TOTAL
Em 31 de Dezembro de 2014	22.338	(123.658)	37.527	(63.793)
Resultado do Exercício	-	(11.463)	-	(11.463)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	502	(502)	-
Em 31 de Março de 2015	22.338	(134.619)	37.025	(75.256)
Resultado do Exercício	-	(13.254)	-	(13.254)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	580	(580)	-
Em 31 de Dezembro de 2015	22.338	(147.291)	36.445	(88.510)
Resultado do Exercício	-	-21360	0	(21.360)
(-) Realização do Custo Atribuído	-	579	(579)	-
Em 30 de Junho de 2016	22.338	(168.072)	35.866	(109.870)

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 30 DE JUNHO DE 2015

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(21.360)	(11.463)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	<u>(21.360)</u>	<u>(11.463)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 30 DE JUNHO DE 2015

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	(21.360)	(11.463)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	1.489	1.511
Provisão (reversão) Créditos de Liquidação Duvidosa	2.830	(282)
Juros Provisonados	144	254
Constituição (reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	(337)	(1.676)
Recuperação de Despesas	(307)	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	(17.541)	(11.656)
Cientes	(4.232)	3.638
Estoques	2.377	2.722
Impostos a Recuperar	117	(1.607)
Despesas do Exercício Seguinte	-	(195)
Outros Créditos	(98)	(135)
Aumento ou Diminuição do Ativo	(1.836)	4.423
Fornecedores	733	1.865
Obrigações Sociais e Tributárias	14.032	10.146
Adiantamento de Clientes	(242)	(441)
Outras Obrigações	237	29
Aumento ou Diminuição do Passivo	14.760	11.599
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(4.617)	4.366
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(47)	(114)
Baixa Imobilizado	-	236
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	441	(242)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	394	(120)
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	27.118	19.130
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(22.898)	(23.825)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	4.220	(4.695)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3)	(449)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	3	544
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	-	95

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL S.A

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 30 DE JUNHO DE 2015

	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
RECEITAS		
Venda dos Produtos	16.892	25.616
Constituição (reversão) de IRPJ/CSLL Diferidos	337	1.676
Venda de Ativo Imobilizado	-	(76)
Provisão (reversão) Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.830)	282
Perdas não Operacionais	162	(4.282)
Incentivos Fiscais Recebidos	695	516
INSUMOS RECEBIDOS DE TERCEIROS		
Custos dos Produtos Vendidos	(8.184)	(8.866)
Materiais - Energia, Serviços de Terceiros e Outros.	(2.740)	(4.939)
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>4.332</u>	<u>9.927</u>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(1.489)	(1.511)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>2.843</u>	<u>8.416</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	15	198
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)	<u>2.858</u>	<u>8.614</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>2.858</u>	<u>8.614</u>
Pessoal		
Remuneração Direta	2.778	4.412
Benefícios	497	719
FGTS	276	424
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	7.506	4.754
Estaduais	2.144	3.162
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros	10.976	6.590
Aluguéis	41	16
Remuneração de Capitais Próprios		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(21.360)</u>	<u>(11.463)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2016

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL – COMPANHIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma companhia aberta e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2530000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

No exercício de 2016 a companhia a companhia manteve o processo de reestruturação das suas atividades operacionais, com o objetivo de se adequar a realidade atual do mercado, superando as dificuldades financeiras enfrentadas pelo país, buscando aumento das margens operacionais.

Neste contexto a administração promoveu várias alterações nos seus procedimentos de controle, buscou aumento de preços, alteração de prazos e promoveu uma grande alteração nos seus quadros de colaboradores, focando no aumento da carteira de clientes e almejando a potencialização da receita operacional.

A planta fabril da Companhia possui atualmente alguns diferenciais na capacidade produtiva, o que permite a oferta de produtos com especificações não atendidas pelos concorrentes. Assim, as previsões orçamentárias projetam margens operacionais lucrativas para o exercício de 2016.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 11 de maio de 2016.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis do Exercício findo em 31 de Março de 2016 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

2.2 Novas normas e interpretações vigendo em 2016

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC's vigendo a partir de 2016 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- a) Mensurados ao valor justo através do resultado; e
- b) Empréstimos e recebíveis: A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de março de 2016, a Companhia possuía Contas a Pagar à Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

(vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

-mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;

-condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências de produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.

2.8 Ativo imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Ativo intangível

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

2.10 Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método

de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Reconhecimento da receita

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

2.16 Benefícios a Empregados

A Companhia concede aos empregados benefícios que envolvem seguro de vida, assistência médica, odontológica, entre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício.

2.17 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações trimestrais apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

2.18 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Em 28 de maio de 2014, o IASB emitiu o IFRS 15 - Receita de contrato com clientes, resultado de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma sobre reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contrato com clientes. Esta norma traz duas abordagens para reconhecimento de receita, que pode ser em um determinado momento ou com o passar do tempo, e sua análise está baseada em cinco etapas que devem ser usadas para determinar o valor e o momento em que a receita deve ser reconhecida. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pelo IFRS, porém não permitida no Brasil. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação desta norma e comunicará ao mercado oportunamente.

Não há outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia quando de sua adoção.

3 JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Em 31 de março de 2016 foram consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Créditos de liquidação duvidosa são provisionados e posteriormente lançados para perdas quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- Constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques;
- Revisão da vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis e de sua recuperação nas operações;

- Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros;
- Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa; e,
- As taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

(c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

(d) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

(e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa.

(f) Análise de Sensibilidade de Instrumentos Financeiros

A Companhia entende que os demais instrumentos financeiros não apresentaram riscos relevantes e, portanto, dispensa a demonstração da análise de sensibilidade, referida na Instrução CVM nº 475/08 e Deliberação CVM nº 550/08.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Jun/2016	Dez/2015
ATIVOS FINANCEIROS		
Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	3
Recebíveis		
Contas a Receber de Clientes	13.029	9.453
Depósitos Judiciais	832	743
TOTAL ATIVOS FINANCEIROS	13.861	10.199
PASSIVOS FINANCEIROS		
Outros Passivos Financeiros		
Fornecedores	12.245	11.512
Empréstimos e Financiamentos	10.654	6.289
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	22.899	17.801

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Jun/2016	Dez/2015
Caixa	-	1
Bancos Conta Movimento	-	2
Total de Caixa e Equivalentes	-	3

São constituídos pelos saldos de caixas, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

7 CONTAS A RECEBER

	Jun/2016	Dez/2015
Contas a Receber de Clientes	16.001	11.769
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(5.146)	(2.316)
Total de Contas a Receber	10.855	9.453

Aging List das contas a receber de clientes

	Jun/2016	Dez/2015
Vencidos	7.910	5.041
A vencer em até 3 meses	7.137	2.575
A vencer entre 3 e 6 meses	954	3.615
A vencer de 6 meses a 1 ano	-	538
Total	16.001	11.769

Os títulos de créditos são compostos por duplicatas e outros títulos, gerados no processo de vendas de mercadorias e estão registrados pelo seu valor de realização.



Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

8 ESTOQUES

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Produtos acabados	770	1.779
Matérias primas	22	421
Embalagens	172	438
Outros materiais	765	1.471
Operações com Terceiros	158	132
Material recebido para industrialização	-	23
Total de Estoques	1.887	4.264

Os produtos acabados foram avaliados pelo custo de produção. As matérias primas, secundárias, embalagens e materiais diversos no almoxarifado, pelo custo médio de aquisição, não superando o valor de mercado.

Em 30 de junho de 2016 os estoques estão registrados ao seu valor justo realizável menos o custo das vendas. Nenhum dos bens constantes em estoques da Companhia encontram-se sob penhor de garantia a quaisquer tipos de passivo ou empréstimo.

9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Nutriza Indústria e Comércio	17	11
Trombini Embalagens S/A	-	7
Jose Luciano Ferreira Silva - ME	-	5
Aliança Navegação e Logística Lda	7	7
Outros Fornecedores	832	831
Total de Adiantamentos a Fornecedores	856	861

10 IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
IRRF	-	26
IRPJ/CSLL Estimativa	79	76
Saldo Negativo IRPJ/CSLL	102	267
ICMS sobre ativo imobilizado	34	35
Pagtos. Indevidos a Compensar	70	-
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	309	291
Total de Impostos a Recuperar	594	695
Icms sobre ativo imobilizado	28	45
	28	45

11 OUTROS CRÉDITOS

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Outros Creditos	31	16
Total Circulante	31	16
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	832	743
Total não Circulante	832	743

12 PARTES RELACIONADAS

ATIVO

Adiantamento a Fornecedor

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	53	0
Total Ativo não Circulante	53	-

Mútuo

EKN Administração e Participações	903	903
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	1.157	1.203
Total Ativo não Circulante	2.060	2.106

PASSIVO

Mútuo

Compet Agro Florestal	2.158	2.158
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	554	160
Total Passivo não Circulante	2.712	2.318

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

13 IMOBILIZADO

								Imobilizado	Total
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Outros	em andamento	
Média Taxas de Depreciação	-	3,69%	6,23%	9,39%	7,27%	15,42%	10,55%	-	
Saldo Inicial	4.434	7.160	32.577	331	242	1	98	856	45.699
Adições	-	-	114	-	-	-	-	-	114
Baixas	-	-	(236)	-	-	-	-	-	(236)
Depreciação	-	(796)	(1.949)	(193)	(41)	(1)	(30)	-	(3.010)
Impairment	2.098	3.393	15.428	158	114	-	46	405	21.642
Saldo Final	6.532	9.757	45.934	296	315	-	114	1.261	64.209
Em 31 de Dezembro de 2015									
Custo	7.002	19.911	77.073	4.386	714	31	465	1.352	110.934
Deprec. Acumulada	-	(9.401)	(27.704)	(4.056)	(373)	(31)	(342)	-	(41.907)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.818)
Valor líquido contábil	6.532	9.757	45.934	296	315	-	114	1.261	64.209
Saldo Inicial	6.532	9.757	45.934	296	315	-	114	1.261	64.209
Adições	-	-	20	-	3	-	24	-	47
Depreciação	-	(398)	(975)	(82)	(20)	-	(14)	-	(1.489)
Saldo Final	6.532	9.359	44.979	214	298	-	124	1.261	62.767
Em 30 de Junho de 2016									
Custo	7.002	19.911	77.093	4.386	717	31	489	1.352	110.981
Deprec. Acumulada	-	(9.799)	(28.679)	(4.138)	(393)	(31)	(356)	-	(43.396)
Impairment	(470)	(753)	(3.435)	(34)	(26)	-	(9)	(91)	(4.817)
Valor líquido contábil	6.532	9.359	44.979	214	298	-	124	1.261	62.767

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

A depreciação do ativo imobilizado de R\$ 1.489 Mil é proveniente de R\$ 1.459,22 Mil registrados no custo e R\$ 29,78 Mil registrados nas despesas administrativas.

14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como *impairment*, a Companhia procedeu os testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, e também, em atendimento ao Ofício de Alerta nº 013/2015/CVM/SEP/GEA-5 datado de 05/08/2015, no qual solicita a adequação dos procedimentos relativos à elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, em setembro de 2015 a companhia contratou os serviços da empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda., inscrita no CNPJ nº 93.272.003/0001-65, com objetivo de efetuar os testes necessários para elaboração do laudo em consonância com CPC 01 (R3).

Foi apresentado o Laudo nº 0158/2015 elaborado pelo critério de “Valor em Uso” (pelo fluxo de caixa). Com base neste laudo a companhia reconheceu a desvalorização por meio da constituição de provisão de perda, na totalidade do seu Ativo Imobilizado e Intangível, no montante de R\$ 43.315 Mil, totalizando para o 3º trimestre de 2015 um valor de R\$ 69.775 mil



de provisão de perdas (*Impairment*) no acumulado. Houve também a reversão dos créditos tributários ativos constituídos sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 11.468 Mil, reconhecidos até o 2º trimestre de 2015, em atendimento a resolução CFC nº 1.189/09 e alterações posteriores e deliberação CVM nº 599/09, que aprovaram o Pronunciamento Técnico (CPC) 32 – Tributos sobre o Lucro.

No quarto trimestre de 2015 buscando maior transparência ao mercado a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... *valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso*”, atestado pelo Laudo nº 051/2016, elaborado pela empresa, Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda, considerando metodologia a valor justo, constata que o valor líquido dos ativos avaliados é de R\$ 64.209 mil, revertendo aproximadamente 93% provisão para perdas (*Impairment*), permanecendo provisionado o valor de R\$ 4.818 mil.

15 FORNECEDORES

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	12.245	11.512
Total de Contas a Pagar	12.245	11.512

Aging List das Contas a Pagar

Vencidos	10.847	10.833
A vencer em até 3 meses	729	425
A vencer entre 3 e 6 meses	102	52
A vencer de 6 meses a 1 ano	567	202
Total	12.245	11.512

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A natureza das obrigações está descrita a seguir:

Circulante	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Conta Garantida	308	998
Financiamentos	405	562
Duplicatas Descontadas	9.941	4.729
Total Empréstimos e Financiamentos	10.654	6.289

Vencimentos

Em até 6 meses	9.382	6.289
	9.382	6.289

a) Indexadores:

Taxas Pré-Fixadas - Capital de Giro	0,55%	0,55%
Taxas Pré-Fixadas - Conta Garantida	3,50%	3,50%
Taxas Pré-Fixadas - Financiamento (CDC)	1,61%	1,61%
Taxas Pré-Fixadas - Mutuo (CDI)	0,90%	0,90%
Taxas Pré-Fixadas - Duplicatas Descontadas	1,60%	1,60%

17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Jun/2016	Dez/2015
Salários a Pagar	301	516
INSS	11.803	10.465
FGTS	2.600	2.218
IRRF Funcionários	1.282	1.001
Provisões e Encargos	1.822	1.852
Provisão Indenizações	633	633
Parcelamentos Previdenciários	739	648
Contribuição Sindical	145	101
Total	19.326	17.434

18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Circulante		Jun/2016	Dez/2015
ICMS	(i)	64	71
PIS	(ii)	4.436	3.777
COFINS	(ii)	20.842	18.738
IPI	(ii)	80.991	73.762
INSS S/ FATURAMENTO	(ii)	3.171	2.470
IRRF		28	73
IRPJ		1.515	807
CSLL		224	205
Multas Infrações CLT		212	-
ISS		35	31
INSS Retido Fonte		38	38
PIS/COFINS/CSLL		176	146
ICMS Diferencial de Aliquota		2	49
ICMS Dívida Ativa		9.473	8.350
Parcelamento Federal		-	1.068
Parcelamento Estadual - ICMS	(iii)	72	29
Total Circulante		121.279	109.614
Não Circulante			
Parcelamento Estadual - ICMS	(iii)	282	114
Total não Circulante		282	114

(i) No período de janeiro a junho de 2016 a companhia obteve o montante aproximado de



695 Mil em incentivos fiscais – FAIN (crédito presumido de ICMS) incentivo fiscal do governo da Paraíba. De acordo com a Resolução 025/2010, ratificada pelo decreto nº 31.837/2010, proporcionou a Companhia o direito a utilização do crédito presumido de 74,25% do saldo devedor do ICMS apurado mensalmente, relativo às saídas decorrentes da produção industrial própria incentivada, com vencimento em até 02 de dezembro de 2025, o que subsidiará a Companhia parte dos investimentos necessários para ampliação de sua capacidade instalada e manutenção de seu parque fabril.

- (ii) Com relação aos tributos indiretos federais, nesse momento não há nenhum parcelamento vigente e os valores desses tributos estão de acordo com os extratos extraídos junto a RFB/PGFN, e reconhecidos na contabilidade com exigibilidade imediata.
- (iii) A companhia não conseguiu arcar com o parcelamento que havia aderido em junho de 2014, referente ao Programa de Recuperação de Créditos Tributários relacionados ao ICMS, de acordo com Medida Provisória nº 225 de 28 de abril de 2014, instituída pelo estado da Paraíba e o saldo residual desse parcelamento esta reconhecido no passivo circulante e atualizado conforme extrato da Receita Estadual da Paraíba. Os débitos correntes referente ao tributo ICMS, estão parcelados na modalidade simplificada (60 parcelas) o montante de R\$ 282 Mil, período compreendido entre as competências de junho/2015 a abril/2016.

19 ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Roberta de Oliveira Pereira - Me	637	-
Indústria de Gessos Especiais Ltda	199	28
Gardenha Dantas Freire - ME	143	-
CCB - Cimpor Cimentos do Brasil Ltda	110	110
Gutiery Martins - ME	72	44
Cerâmica Elizabeth Ltda.	52	6
Giselle Tiburtino de Oliveira	37	49
Carla P. F. da Silva Comércio de Peças - ME	36	-
Outros	598	1.889
Total	1.884	2.126

20 IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Custo Atribuído	54.342	55.220
Vida Útil	7.167	7.281
IRPJ Diferido (25%)	15.377	15.625
CSLL Diferida (9%)	5.536	5.625
Total	20.913	21.250

21 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Remuneração de Conselheiros	74	74
Remuneração de Diretores	156	43
Total	230	117



22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Jun/2016</u>	<u>Dez/2015</u>
Prejuízos Exercício Anteriores	(147.293)	(123.658)
Prejuízo do Período	(20.781)	(23.635)
Prejuízos Acumulados	(168.074)	(147.293)
Capital Social	22.338	22.338
Ajuste Avaliação Patrimonial	35.866	36.445
Total do Patrimônio Líquido	(109.870)	(88.510)

Capital Social

O Capital Social realizado é composto por 18.122.099 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Ações	<u>Autorizado</u>		<u>Realizado</u>		<u>a Subscriver</u>	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Ordinárias	16.600.183	78	14.048.567	78	2.551.616	78
Preferenciais	4.813.384	22	4.073.532	22	739.852	22
Total	21.413.567	100	18.122.099	100	3.291.468	100

Composição do Controle Acionário em 31/12/2015 – Principais Acionistas (Ações Ordinárias)

EKN – Embalag. Kraft do NE Ltda	13.712.687	13.712.687
Diversos Terceiros Minoritários	335.880	335.880
Total	14.048.567	14.048.567

23 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Jun/2016</u>	<u>Jun/2015</u>
Papel Kraft	2.409	5.358
Chapa de papelão	1.870	2.819
Caixas	8.218	16.846
Sacos	8.824	2.759
Outras Receitas	15	53
Total Mercado Interno	21.336	27.835
(-) Impostos sobre Vendas	(5.504)	(7.488)
(-) Devoluções e Abatimentos	(4.444)	(2.219)
Receita Líquida	(9.948)	18.128

24 DESPESAS COM VENDAS

	<u>Jun/2016</u>	<u>Jun/2015</u>
Fretes	(253)	(565)
Comissões	(46)	(229)
Total	(299)	(794)

25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Jun/2016</u>	<u>Jun/2015</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(1.521)	(1.201)
Serviços, Aluguéis	(140)	(205)
Energia, Água e Comunicações	(217)	(198)
Materiais de Consumo	(71)	(191)
Impostos Taxas e Contribuições	(9)	(7)
Gastos Gerais	(196)	(143)
Total	(2.154)	(1.945)

26 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	<u>Jun/2016</u>	<u>Jun/2015</u>
(+) Outras Receitas		
Incentivo FAIN	695	516
Reversão de Provisões	-	282
Recuperação de Despesas	307	620
Outras Receitas	3	52
Total Outras Receitas	1.005	1.470
(-) Outras Despesas		
Perdas Recebimento de Credito	(2.830)	-
Outras Despesas	(3.994)	(5.034)
Total Outras Despesas	(6.824)	(5.034)
Total	(5.819)	(3.564)

27 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Jun/2016</u>	<u>Jun/2015</u>
(+) Receitas Financeiras		
Juros s/ Aplicações Financeiras	-	37
Juros Mora Ativos	5	110
Descontos Obtidos	-	38
Outros Juros Ativos	10	13
Total Receitas Financeiras	15	198
(-) Despesas Financeiras		
Juros s/ Financiamentos	(22)	(56)
Juros s/ Duplicatas Descontadas	(2.493)	(721)
Juros Mora Passivos	(955)	(207)
Juros s/ de Tributo	(6.121)	(4.069)
Multas s/ de Tributo	(520)	(945)
Juros Tributos Parcelados	(63)	-
Descontos Concedidos	(4)	(1)
Despesas Bancarias	(180)	(569)
Outras Despesas Financeiras	(618)	(22)
Total Despesas Financeiras	(10.976)	(6.590)
Total Resultado Financeiro Líquido	(10.961)	(6.392)



28 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Jun/2016	Jun/2015
Natureza		
Depreciação e Amortização	(1.489)	(1.511)
Despesas com Pessoal	(3.351)	(5.556)
Matérias-Primas e Materiais de uso e Consumo	(8.184)	(8.866)
Serviços de Terceiros	(3.281)	(5.378)
Outras Despesas Operacionais	(6.824)	(5.034)
Total	(23.129)	(26.345)
Função		
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(13.852)	(18.572)
Despesas com Vendas	(299)	(794)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.154)	(1.945)
Outras Despesas Operacionais	(6.824)	(5.034)
Total	(23.129)	(26.345)

29 LAJIDA (EBTIDA)

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações trimestrais, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

LAJIDA (EBITDA)	Jun/2016	Jun/2015
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(21.360)	(11.463)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(337)	(1.676)
(+) Despesas Financeiras	10.976	6.590
(-) Receitas Financeiras	(15)	(198)
RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA	(10.736)	(6.747)
(+) Depreciação e Amortização	1.489	1.511
RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)	(9.247)	(5.236)



Conde (PB), 09 de julho de 2016.

Cristiano Ciriaco Delgado
Diretor Presidente e
Diretor de Relações com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes
Contador
CRC PR 0557341/O-3

* * * *